TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA - AQUISIÇÃO DE BENS

Unidade Interessada: Câmara Municipal de Jundiaí

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Solução integrada para captação, produção e gerenciamento de vídeo profissional, composta pelo fornecimento de câmeras robóticas PTZ 4K com tecnologia NDI e recurso de rastreamento automático por inteligência artificial (Auto-Tracking), mesa controladora IP para operação das câmeras, bem como a execução dos serviços técnicos de instalação, configuração, integração, testes, treinamento operacional e fornecimento de materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Jundiaí.

Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário Estimado (R$)	Valor Total Estimado (R$)
1	Câmera Robótica PTZ 4K com Tecnologia NDI e Auto-Tracking, conforme especificações técnicas constantes do Item 1.2. (item 1) deste Termo de Referência. CÓD. CIJUN: 132702	5	R$ 9.685,25	R$ 48.426,25
2	Mesa Controladora IP para Câmeras PTZ, compatível com tecnologia NDI, conforme especificações técnicas constantes do Item 1.2. (item 2) deste Termo de Referência. CÓD. CIJUN: 132701	1	R$ 4.953,33	R$ 4.953,33
3	Serviços Técnicos Especializados de Instalação, Configuração, Integração, Testes e Treinamento Operacional da Solução, para até 5 operadores, conforme especificações técnicas constantes do Item 1.2. (itens 3 e 4) deste Termo de Referência. CÓD. CIJUN: 132699	1	R$ 9.216,67	R$ 9.216,67
	Valor Global Estimado		**R$ 62.596,25**	

Pág. 1/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

1.2. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

1. CÂMERAS ROBÓTICAS PTZ 4K NDI COM AUTO-TRACKING

- Quantidade: 05 (cinco) unidades.

1.1. **Sensor e Qualidade de Imagem**

- Sensor: CMOS com resolução 4K, com tamanho mínimo equivalente a 1/1,8" ou superior.
- Resolução de Vídeo: capacidade de captura e transmissão em resolução nativa 4K, a 60 fps.

1.2. **Formatos e Interfaces de Vídeo (Processamento Simulcast)**

- Simultaneidade de Saídas: Interfaces físicas independentes e processamento em hardware nativo separado para cada barramento, garantindo a captura e transmissão simultânea e sem perda de quadros (simulcast) de fluxos independentes de vídeo através de até 3 canais simultâneos.
- Compatibilidade Mínima de Resoluções por Interface:
  - HDMI: suporte a resolução de até 4K a 60 fps.
  - SDI (3G-SDI): suporte a resolução de até 1080p a 60 fps.
  - USB 3.0 / 2.0: interface USB 3.0 nativa ou superior, com suporte à transmissão de vídeo em resolução de até 1080p, mantendo compatibilidade com USB 2.0 para transmissão de vídeo em resolução de até 720p.
  - NDI®: suporte à transmissão de vídeo em resolução de até 4K a 60 fps, além de resoluções inferiores, com possibilidade de configuração da taxa de quadros.
- Conectores Físicos Mínimos no Painel Traseiro: 1 x HDMI Tipo A, 1 x 3G-SDI (BNC fêmea), 1 x USB Tipo C ou Tipo B, padrão USB 3.0, e 1 x RJ45 Gigabit Ethernet.

1.3. **Conjunto Óptico e Lente**

- Capacidade de Zoom: Zoom óptico real de no mínimo 20x através do conjunto de lentes físicas, combinado com tecnologia de ampliação digital inteligente baseada no aproveitamento do sensor 4K (sem perda de definição para saídas de vídeo em 1080p), totalizando um alcance focal combinado de no mínimo 30x.
- Lente: distância focal entre f=4,42 mm e 132,6 mm, com abertura máxima variável entre F1.8 e F2.8, conforme a posição do zoom.
- Obturador (Shutter): Velocidade configurável entre 1/30s e 1/10000s.
- Sensibilidade Luminosa: iluminação mínima de até 0,5 Lux, considerando operação em F2.0 e controle automático de ganho (AGC).
- Balanço de Branco: modos automático, interno, externo, ajuste por um toque e manual.
- Ângulo Panorâmico: campo de visão horizontal de até aproximadamente 170°.

Pág. 2/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

1.4. **Movimentação Robótica PTZ e Presets**

- Mecanismo Pan/Tilt: Sistema de movimentação robótica com motores de alta precisão magnética ou engrenagem assistida.
- Rotação Vertical (Tilt): Curso de -30° a +90° com velocidade configurável de até 80°/s.
- Gerenciamento de Presets: possibilidade de armazenamento e chamada de posições predefinidas, com capacidade mínima de 5 posições por controle remoto IR e suporte a até 128 presets por comandos seriais RS232.
- Acurácia Mecânica: Desvio padrão e precisão de posicionamento de retorno de preset de 0,1°.

1.5. **Recursos Avançados de Imagem e Rastreamento**

- Rastreamento Inteligente (Auto-tracking): recurso de rastreamento automático baseado em Inteligência Artificial, com identificação de pessoas e processamento realizado pela própria câmera, sem necessidade de servidor dedicado ou software externo com licença específica.
- Tratamento de Imagem: Compensação de luz de fundo ativa (BLC / Backlight Compensation), Redução de Ruído Digital 2D (2D DNR) e Redução de Ruído Digital 3D (3D DNR).

1.6. **Interfaces de Controle, Rede e Protocolos**

- Interfaces Físicas de Controle: Portas dedicadas RS232 (In/Out), RS485 via bloco de terminais ou mini-DIN, suporte a comandos via USB (padrão UVC) e controle via rede IP.
- Compatibilidade NDI Nativa: Suporte nativo de fábrica aos protocolos NDI® tradicionais e variantes NDI®|HX, NDI®|HX2 e NDI®|HX3 licenciados diretamente no hardware.
- Interface de Rede: Porta física RJ45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps).
- Protocolos de Rede Suportados: Compatibilidade mínima com TCP/IP, HTTP, RTSP, DHCP, RTMP, ONVIF, NDI, VISCA over IP (estruturado em pacotes TCP e UDP), Multicast, VISCA nativo, PELCO P/D, SRT e T28181.

1.7. **Especificações Técnicas de Gravação**

- A câmera deve gravar arquivos de vídeo (H.264, H.265 ou MJPEG) em memória solido interno e processador próprio para codificar fluxos de vídeo em H.264, H.265 ou MJPEG, gravando de forma autônoma (standalone) sem depender de um gravador externo (DVR/NVR) ou conexão constante com a rede.
- **Especificações Técnicas de Gravação Formatos suportados:** Codificação em H.264, H.265 (maior compressão) ou MJPEG para capturas quadro a quadro.
- **Funcionamento autônomo:** O dispositivo realiza a gestão de arquivos, sobrescrita cíclica e

Pág. 3/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

indexação temporal de forma totalmente independente da rede ou de servidores externo.

1.8. **Interface de Áudio**

- Conexões de Áudio: 1 x Entrada de Linha (Line-In) em conector P2 de 3,5 mm e 1 x Saída de Linha (Line-Out) em conector P2 de 3,5 mm.

1.9. **Alimentação e Características Físicas**

- Alimentação Elétrica: Suporte duplo por redundância por meio de tensão de entrada CC 12 V, com corrente máxima de 1.0A, e alimentação via rede Ethernet pelo padrão PoE+ (IEEE 802.3at) ou superior.

2. MESA CONTROLADORA DE CÂMERAS PTZ IP/NDI

- Quantidade: 01 (uma) unidade.

2.1. **Interface de Controle Operacional**

- Joystick Principal: Joystick de precisão analógico com tecnologia 4D (movimentação em 4 eixos para controle simultâneo de Pan, Tilt, Zoom e Foco).
- Controles Rotativos (Knobs): knobs rotativos 3D, com escala contínua, destinados ao ajuste fino dos parâmetros das câmeras, com função de seleção e alternância de modos operacionais.
- Teclado de Operação: conjunto de botões físicos, com acionamento por membrana de silicone ou tecnologia equivalente, adequado ao uso contínuo, dotados de retroiluminação bicolor nas cores branca e vermelha, para indicação visual de status e seleção de câmera (Tally/Active).
- Interface Visual Integrada: Monitor colorido em LCD com dimensão diagonal de aproximadamente 4 polegadas para exibição de menus, parâmetros de status e configurações do sistema.

2.2. **Recursos de Atalho e Configurações Rápidas**

- Botões de Atalho Dedicados: Suporte nativo para a configuração com botões físicos de atalho rápido para funções diretas das câmeras conectadas.
- Retorno Sonoro: Função de ativação e desativação configurável de aviso sonoro (beep/tom) para confirmação de acionamento de teclas.
- Bloqueio de Segurança: Tecla dedicada com função de bloqueio de segurança através de um único toque (one-key lock) para prevenção de comandos acidentais durante a operação ao vivo.
- Capacidade de Gerenciamento: Suporte para controle e endereçamento de uma quantidade máxima de até 1.000 câmeras e suporte para armazenamento e chamada rápida de posições pré-definidas (presets).

Pág. 4/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

2.3. **Conectividade, Protocolos e Barramentos de Rede**

- Interfaces de Controle Físicas: 1 x Interface de rede RJ45 (com suporte a PoE e tráfego de dados NDI®|HX2), 1 x Interface Serial RS-232, e 1 x Interface Serial RS-422/RS-485.
- Protocolos de Comunicação via IP: Compatibilidade nativa com os protocolos ONVIF, VISCA over IP, VISCA TCP e NDI®.
- Protocolos de Comunicação via Porta Serial: Compatibilidade nativa com os protocolos VISCA tradicional, Pelco-D e Pelco-P.

2.4. **Características Elétricas e Alimentação**

- Alimentação por Fonte Externa: Tensão de entrada de 12 V CC com corrente nominal de consumo de 0,25 A.
- Alimentação via Rede (PoE): Compatibilidade integrada com o padrão de alimentação Power over Ethernet PoE IEEE 802.3af.
- Consumo Energético: Potência nominal máxima de operação de 3 W para alta eficiência energética.

2.5. **Especificações Gerais e Físicas**

- Suporte a Canais: Capacidade nativa de registro e mapeamento rápido para gerenciamento de até 08 canais independentes no painel frontal.
- Dimensões Físicas com e sem joystick: dimensões compatíveis com instalação e operação em bancada de controle, sem comprometer a ergonomia e a utilização do joystick.
- Peso Estrutural: peso adequado à instalação e operação em bancada de controle.

3. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO

Regime de Execução: Empreitada integral incluída no escopo do fornecimento do lote.

3.1. **Instalação Física e Fornecimento de Cabos e Acessórios**

- Fornecimento Integral de Materiais: Fica a cargo exclusivo da empresa contratada o fornecimento de todos os cabos, conectores, suportes e acessórios necessários à perfeita instalação e ao funcionamento do sistema, sem qualquer custo adicional para o órgão.
- Especificação dos Insumos: Todo o cabeamento de rede fornecido deve ser de no mínimo Categoria 6 (Cat6), com condutores 100% em cobre e conectores RJ45 blindados compatíveis. Os suportes de fixação das câmeras devem ser em aço ou material de alta resistência mecânica, adequados para o peso do equipamento e compatíveis com a superfície de fixação (parede ou teto). Inclui-se o fornecimento de parafusos, buchas, canaletas ou tubulações aparentes para acabamento, caso necessário.
- Montagem e Fixação: Instalação física das 05 (cinco) câmeras PTZ nos locais indicados pela

Pág. 5/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

equipe técnica do órgão, garantindo o perfeito prumo, estabilidade e total ausência de trepidações mecânicas nas imagens.

- Cabeamento Estruturado: Lançamento, conectorização, clipagem e identificação dos cabos de rede de cada câmera até o switch da rede local, respeitando rigorosamente as normas de cabeamento estruturado ANSI/TIA-568.

- 3.2. **Configuração Lógica e Ativação do Sistema**
- Integração de Rede IP: Atribuição de IPs fixos e configuração de parâmetros de rede para o perfeito tráfego dos fluxos de vídeo.
- Ativação NDI e Streaming: Configuração dos streams de vídeo nas câmeras (Main Stream em 4K e Sub Streams), homologação e teste do protocolo NDI®/NDI®|HX ativo nas saídas de rede e sincronismo simultâneo das interfaces HDMI/SDI.
- Comissionamento da Controladora: Pareamento e programação da Mesa Controladora para operação direta dos 05 canais físicos, mapeamento de comandos analógicos do Joystick 4D, calibração fina de foco/zoom e gravação inicial de até 10 presets de posicionamento estratégico por câmera.
- Ajuste de Inteligência Artificial: Configuração e calibração fina da função de rastreamento automático (auto-tracking) de cada câmera para o cenário específico do órgão, parametrizando as zonas de bloqueio e sensibilidade de detecção.

- 3.3. **Treinamento Operacional (Transferência de Tecnologia)**
- Capacitação Prática: Fornecimento de treinamento prático de operação com carga horária mínima de 4 (quatro) horas, destinado a até 5 (cinco) operadores designados pelo órgão.
- Conteúdo Mínimo do Treinamento: Operação do Joystick 4D, chamada e gravação de presets, controle de ganho/balanço de branco, ativação/desativação do auto-tracking via controladora e rotinas básicas de diagnóstico de rede.
- Entrega de Documentação: Fornecimento do "As-Built" da instalação contendo o mapa de IPs das câmeras, diagrama básico de conexões e os manuais de operação em formato digital (língua portuguesa).

4. COMPATIBILIDADE E INTEGRAÇÃO

Os equipamentos fornecidos deverão operar de forma integrada entre si, permitindo o controle remoto das câmeras PTZ pela mesa controladora, bem como a utilização dos recursos NDI, Auto-Tracking e demais funcionalidades previstas neste Termo de Referência, não sendo admitidos equipamentos incompatíveis entre si ou que impeçam o pleno funcionamento da solução

Pág. 6/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

1.2.1. **OBS:** Os equipamentos ofertados deverão atender integralmente às especificações técnicas deste Termo de Referência, cuja comprovação poderá ser exigida mediante apresentação de catálogo(s), manual(is), ficha(s) técnica(s) ou documentação técnica oficial do fabricante.

1.3. O valor estimado para esta contratação é de R$62.596,25 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).

1.4. Trata-se de contratação de bens e serviços comuns, de natureza não continuada, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações constantes deste Termo de Referência, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, abrangendo o período necessário para o fornecimento dos equipamentos, execução dos serviços de instalação, configuração, integração, testes e treinamento, sem prejuízo das obrigações relativas à garantia técnica dos equipamentos, observado o disposto no art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 quanto à prorrogação automática da vigência na hipótese de não conclusão do objeto no prazo originalmente estabelecido.

1.6. A aquisição será realizada em lote único, considerando a necessidade de integração técnica entre os equipamentos e serviços que compõem a solução audiovisual, de forma a garantir a compatibilidade, o pleno funcionamento do sistema e a responsabilidade centralizada pela instalação, configuração e operacionalização da solução.

1.7. Todos os componentes da solução deverão ser plenamente compatíveis entre si, assegurando seu funcionamento integrado, sem a necessidade de aquisição de equipamentos, acessórios, licenças ou softwares adicionais não previstos nesta contratação.

1.8. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, não sendo admitidos equipamentos usados, recondicionados, remanufaturados ou descontinuados pelo fabricante.

1.9. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, prestada pelo fabricante ou pela contratada, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento e demais vícios que comprometam sua adequada utilização, devendo a contratada reparar ou substituir, às suas expensas, os equipamentos que apresentarem defeitos, vícios ou falhas de funcionamento durante o período de garantia, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Jundiaí.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, observados os limites legais

Pág. 7/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

estabelecidos.

2.2. A presente contratação está contemplada no PCA 2026, item 426, do Calendário de Contratações.

2.3. A presente contratação decorre do resultado fracassado do Processo Licitação/Compras nº 96/2026 – Protocolo nº 3.596/2026, tendo sido promovida nova contratação, com revisão das especificações técnicas e dos demais requisitos pertinentes.

2.4. A presente contratação tem por finalidade modernizar a infraestrutura de captação, produção e transmissão da Câmara Municipal de Jundiaí, proporcionando maior qualidade técnica, estabilidade operacional e compatibilidade tecnológica para as Sessões Plenárias, Audiências Públicas, reuniões institucionais, eventos oficiais, cursos, treinamentos e demais atividades realizadas pela Casa Legislativa.

2.5. Atualmente, a Câmara Municipal de Jundiaí possui câmeras robóticas HD remotamente controladas, patrimônios nº 4706, 4707 e 4708, marca Panasonic, modelo AW-HE130KP, incorporadas ao patrimônio em 2018. Após a recente modernização dos recursos e da infraestrutura audiovisual da instituição, com adoção de novos fluxos tecnológicos de produção e transmissão, foram identificadas limitações de compatibilidade e integração desses equipamentos com a nova arquitetura implantada, ocasionando instabilidades operacionais, incluindo travamentos durante a utilização do sistema.

2.6. Dessa forma, tornou-se necessária a substituição das câmeras existentes por equipamentos compatíveis com a atual solução tecnológica, permitindo integração adequada aos novos recursos implantados, maior estabilidade operacional, melhoria da qualidade das transmissões e aproveitamento integral das funcionalidades disponíveis, especialmente aquelas baseadas em tecnologia IP, NDI e automação por inteligência artificial.

2.7. Além da substituição dos equipamentos obsoletos, identificou-se a necessidade de ampliação do quantitativo de câmeras, passando-se de 03 (três) para 05 (cinco) unidades, em razão da necessidade de ampliar os pontos de captação de imagem e possibilitar novos ângulos de enquadramento durante as transmissões.

2.8. O acréscimo de 02 (duas) câmeras não constitui mera ampliação quantitativa do parque tecnológico, mas adequação da infraestrutura às necessidades atuais de captação e transmissão da Câmara Municipal. A maior quantidade de pontos de captação permitirá distribuir os enquadramentos entre os equipamentos, reduzindo a necessidade de movimentações frequentes de uma mesma câmera para alternância entre os diferentes pontos de interesse e proporcionando maior agilidade e continuidade durante as transmissões.

2.9. A tecnologia PTZ possibilita o controle remoto centralizado das câmeras, com movimentação precisa, armazenamento de posições pré-programadas (presets) e redução da necessidade de intervenção manual

Pág. 8/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

durante as transmissões. A utilização do protocolo NDI permite a integração dos equipamentos por meio da infraestrutura de rede existente, ampliando a flexibilidade e a capacidade de expansão da solução.

2.10. A contratação contempla ainda os serviços especializados de instalação, configuração, integração, testes e treinamento operacional, garantindo a implantação completa da solução e sua adequada utilização pelos servidores responsáveis.

2.11. Dessa forma, a contratação visa assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços de gravação e transmissão da Câmara Municipal de Jundiaí, promovendo a atualização tecnológica do parque existente, a confiabilidade operacional e a compatibilidade com as novas demandas institucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste no fornecimento, instalação e operacionalização de sistema profissional composto por câmeras robóticas PTZ 4K, mesa controladora e serviços especializados de implantação, formando conjunto integrado e compatível entre seus componentes.

3.2. A contratação contempla todas as etapas necessárias à disponibilização da solução em pleno funcionamento, incluindo fornecimento dos equipamentos, acessórios, instalação física, cabeamento, configuração, integração com a infraestrutura tecnológica existente, testes, treinamento operacional e entrega da documentação técnica.

3.3. Os equipamentos deverão operar de forma integrada, permitindo o controle centralizado das câmeras, transmissão de sinais de vídeo por diferentes interfaces e utilização dos recursos de rede IP e protocolo NDI, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

3.4. A solução deverá proporcionar maior qualidade de imagem, estabilidade operacional, flexibilidade de utilização e compatibilidade com os atuais fluxos de produção audiovisual adotados pela Câmara Municipal, permitindo sua utilização em sessões plenárias, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades da Casa Legislativa.

3.5. A implantação deverá contemplar o fornecimento dos materiais e acessórios necessários, organização do cabeamento, configuração dos equipamentos, parametrização dos recursos de automação, testes de funcionamento, calibração e validação da integração entre todos os componentes da solução.

3.6. Após a instalação, deverá ser realizado o comissionamento da solução, incluindo testes operacionais, verificação das interfaces de comunicação, validação das transmissões, configuração dos presets das câmeras, integração da mesa controladora e confirmação do funcionamento dos recursos previstos.

3.7. Como parte da entrega da solução, deverá ser realizado treinamento operacional aos servidores indicados pela Câmara Municipal, abrangendo a utilização dos equipamentos, operação da controladora,

Pág. 9/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

recursos de automação e procedimentos básicos de operação.

3.8. A solução deverá ser entregue plenamente operacional, não sendo admitido o fornecimento isolado de equipamentos sem os serviços necessários à sua adequada instalação, integração e utilização.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando a necessidade de integração técnica entre os equipamentos fornecidos e os serviços de instalação, configuração, testes e treinamento. Eventuais serviços acessórios de apoio, quando necessários, deverão ser previamente autorizados pela Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto.

Garantia da Contratação:

4.2. Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando o valor, a natureza do objeto, a entrega de equipamentos com garantia técnica e os riscos envolvidos na contratação.

Qualificação Técnica

4.3. A licitante vencedora deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) experiência anterior na execução de fornecimento, instalação, configuração e integração de equipamentos audiovisuais profissionais, com características compatíveis ou de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.1. A licitante vencedora deverá indicar profissional legalmente habilitado e registrado no CREA ou CFT, conforme as atribuições profissionais aplicáveis, para acompanhamento e responsabilidade técnica pelos serviços de instalação, configuração e integração da solução, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2. A comprovação da capacidade técnico-profissional deverá ser realizada mediante apresentação de documentação que demonstre experiência anterior do profissional indicado na execução de serviços de características semelhantes ao objeto, conforme exigências do conselho profissional competente, quando aplicável.

4.3.3. O vínculo do profissional indicado com a licitante vencedora deverá ser comprovado mediante contrato

Pág. 10/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

social, registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro meio idôneo admitido pela legislação.

4.3.4. Antes do início dos serviços de instalação, configuração e integração da solução, a contratada deverá apresentar a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, quando exigível pelas atribuições profissionais aplicáveis, devidamente registrada perante o conselho profissional competente.

Visita Técnica:

4.4. A realização de visita técnica será facultativa, podendo as empresas interessadas conhecer as condições do local de instalação e obter informações necessárias à elaboração de suas propostas, mediante prévio agendamento junto ao Setor de Comunicação, pelo telefone (11) 4523-4500. A ausência de visita técnica não poderá ser utilizada como justificativa para eventual descumprimento das obrigações assumidas.

Sustentabilidade:

4.5. A execução do objeto deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) e demais normas aplicáveis, incluindo o uso racional de materiais e insumos, prevenção de desperdícios, destinação ambientalmente adequada de eventuais resíduos gerados e adoção de práticas que contribuam para a eficiência energética e maior vida útil dos equipamentos.

4.5.1. A contratada deverá observar as orientações de sustentabilidade aplicáveis ao fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos, especialmente quanto à eficiência energética, redução de impactos ambientais, descarte adequado de materiais e demais práticas previstas nas normas vigentes.

Nepotismo

4.6. É vedada a contratação de pessoa jurídica que possua, em seu quadro societário, administrativo ou funcional, pessoa que mantenha vínculo de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com vereadores em exercício, servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança, bem como com agentes públicos responsáveis pela condução ou fiscalização da presente contratação, em observância aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa e ao disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratada deverá realizar o fornecimento dos equipamentos e executar os serviços de instalação, configuração, integração, testes e treinamento operacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis,

Pág. 11/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

contados a partir da assinatura do Contrato.

5.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer na Câmara Municipal de Jundiaí, localizada na Rua Barão de Jundiaí, nº 153 – Centro, Jundiaí/SP, aos cuidados do setor responsável pelo recebimento, em data previamente acordada com a Administração.

5.3. Condições de entrega, instalação, aceitação e substituição

5.3.1. Os equipamentos e serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, cabendo à contratada garantir a qualidade, compatibilidade e pleno funcionamento da solução fornecida.

5.3.2. O transporte, acondicionamento, embalagem, movimentação e demais providências necessárias à entrega dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada.

5.3.3. Os equipamentos que apresentarem defeitos, danos, incompatibilidades ou divergências em relação às especificações poderão ser recusados pela Administração, devendo a contratada providenciar a substituição ou correção necessária, sem qualquer ônus adicional.

5.3.4. A instalação, configuração e integração da solução somente serão consideradas concluídas após a realização dos testes operacionais, validação do funcionamento dos equipamentos, integração entre os componentes e aceite definitivo pela Administração.

5.3.5. Eventuais falhas identificadas durante a instalação, testes, recebimento ou período de garantia deverão ser corrigidas pela contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3.6. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, livres de defeitos de fabricação, não sendo admitidos equipamentos usados, remanufaturados, recondicionados ou descontinuados pelo fabricante.

5.3.7. Os equipamentos deverão ser entregues completos, acompanhados de todos os cabos, conectores, fontes de alimentação, suportes, licenças, acessórios e demais componentes necessários ao seu perfeito funcionamento, sem custos adicionais para a Administração.

ATENDIMENTO DA GARANTIA

5.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá atender às ocorrências relacionadas a defeitos, falhas de funcionamento ou vícios dos equipamentos fornecidos, observando os seguintes prazos:

5.4.1. Em caso de falha total de câmera principal ou da mesa controladora, que comprometa a transmissão ou a operação do sistema, o atendimento deverá ser iniciado em até 02 (duas) horas, com solução em até 01 (um) dia útil.

Pág. 12/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

5.4.2. Em caso de falha de câmera PTZ secundária, sem comprometimento integral da transmissão, o atendimento deverá ser iniciado em até 04 (quatro) horas, com solução em até 03 (três) dias úteis.

5.4.3. Os prazos serão contados a partir do acionamento da garantia pela CONTRATANTE, por meio dos canais de atendimento disponibilizados pela contratada.

5.4.4. Na impossibilidade de solução da ocorrência dentro do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE, informando o motivo, as providências adotadas e a previsão de solução.

5.4.5. Quando necessário, a contratada deverá disponibilizar equipamento de reserva com características e capacidades iguais ou superiores ao equipamento defeituoso, ou adotar solução de contingência que permita a continuidade da operação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão da presente contratação será exercida pelo servidor Renê Ricardo Menconi, ocupante do cargo de Assessor de Serviços Técnicos, sendo substituído, em suas ausências, impedimentos legais ou afastamentos, pela servidora Társis Vetori Gomes Maia, ocupante do cargo de Agente de Serviços Técnicos.

6.2. A gestão e o acompanhamento da contratação observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, competindo aos designados registrar ocorrências, comunicar não conformidades e adotar as providências necessárias à adequada execução do objeto.

6.3. Eventuais ajustes de execução e prorrogações de prazo deverão ser formalmente justificados e submetidos à apreciação da autoridade competente.

6.4. As comunicações formais entre a Administração e a contratada poderão ser realizadas por meio eletrônico institucional, sem prejuízo de outros meios previstos em contrato.

6.5. Compete ao gestor da contratação acompanhar a execução dos serviços de instalação, configuração e integração da solução, verificando o atendimento às especificações técnicas, a realização dos testes operacionais e a capacitação dos usuários indicados pela Câmara Municipal.

6.6. Os demais critérios de gestão da contratação, observarão o disposto no item 12 do Aviso de Contratação Direta.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão integral do fornecimento, instalação, configuração, testes, treinamento e recebimento definitivo do objeto pela fiscalização da Câmara Municipal

Pág. 13/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

de Jundiaí.

7.2. Caso sejam constatadas pendências ou irregularidades na execução dos serviços, o pagamento ficará suspenso até a sua completa regularização, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

7.3. O pagamento compreenderá todos os custos diretos e indiretos da contratação, incluindo mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos, deslocamentos, tributos, encargos sociais, seguros, despesas administrativas e demais custos necessários à perfeita execução do objeto, não sendo admitidos pagamentos adicionais por serviços indispensáveis ao cumprimento das obrigações assumidas.

7.4. O descumprimento parcial ou total das obrigações contratuais, bem como falhas na execução dos serviços, poderá ensejar glosas proporcionais ao valor a ser pago, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5. A liquidação e o pagamento observarão as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7.6. Os demais critérios de medição, liquidação e pagamento observarão o disposto no item 11 do Aviso de Contratação Direta.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, na forma eletrônica, na modalidade dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global do lote, desde que atendidas integralmente as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. O licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar, juntamente com a proposta adequada ao último lance ou quando solicitado pela Administração, catálogo(s), prospecto(s), ficha(s) técnica(s), manual(is) ou outro(s) documento(s) técnico(s) oficial(is) emitido(s) pelo fabricante ou por seu representante autorizado, que permitam comprovar o atendimento integral das especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

8.3. Os documentos apresentados deverão possibilitar a identificação inequívoca da marca, modelo e características técnicas dos equipamentos ofertados. Caso as informações constantes na documentação técnica não sejam suficientes para comprovar o atendimento às especificações exigidas, a Administração poderá solicitar documentação complementar ou esclarecimentos, vedada a alteração da proposta.

8.4. A não apresentação da documentação técnica, a impossibilidade de comprovação do atendimento às especificações exigidas ou a constatação de incompatibilidade entre o equipamento ofertado e as exigências

Pág. 14/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

deste Termo de Referência implicará a desclassificação da proposta.

8.5. O intervalo mínimo de lances será de R$ 100,00 (cem reais).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Jundiaí, consignados na ação orçamentária 01.01.031.190.2301 – Manutenção e Modernização de Recursos de Tecnologia da Informação, nos elementos de despesa 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente e 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Jundiaí, 03 de setembro de 2026.

RENÊ RICARDO MENCONI

Assessor de Serviços Técnicos

agtn/rrm

Pág. 15/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

Assinado digitalmente por
RENE RICARDO MENCONI
Data: 03/09/2026 15:32

Pág. 16/16 - DOCUMENTO ANEXO - LIC nº 109/2026 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por RENE RICARDO MENCONI

Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código FE29-5824-C76A-67DD

AVISO DE COMPRA DIRETA

COMPRA DIRETA Nº **2026/100**

OBJETO

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VÍDEO BROADCASTING (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

INCISO II DO ARTIGO 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

VALOR TOTAL

R$62596,25

PERÍODO DE PROPOSTAS:

DE 08/09/2026-16:00:00

ATÉ 14/09/2026-08:59:00

PERÍODO DE LANCES:

2 HORAS A CONTAR DE 14/09/2026-09:00:00

PARTICIPAÇÃO

AMPLA PARTICIPAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO por GRUPO

DADOS GERAIS

- Nº da Compra Direta: 2026/100

- Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VÍDEO BROADCASTING (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA).
- Unidade compradora: CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
- Agente de Contratação: JOSÉ ROBERTO CORDEIRO FERREIRA JÚNIOR
- Moeda: em REAL, estando inclusos nos preços todos os tributos incidentes.
- Critério de julgamento: MENOR PREÇO.
- Prazo de entrega: 30 DIAS, a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, se o caso.
- Condição de pagamento: 07 A 10 DIAS
- Local de Entrega: Rua Barão de Jundiaí, 153. Centro. Jundiaí - SP., sendo que o transporte correrá por conta e risco da Contratada ou conforme minuta do contrato e/ou Anexo, se o caso.
- VALIDADE DA PROPOSTA: 30 dias, após a abertura da Compra Direta.
- A proposta deverá ser informada com 2 casas decimais.
- Julgamento: se dará por LOTE
- Intervalo mínimo entre lances: R$100.00
- Obrigatoriedade de apresentação de catálogo ou ficha técnica: SIM
- Tratamento diferenciado para beneficiárias da lei 123/06 sediadas na Região Metropolitana de Jundiaí:SIM

ITENS:

Lote: LOTE 01

Item	Descrição	Quantidade	Valor máximo aceitável	Unidade Medida	Data Orçamento
1	1 - INSTALACAO, CONFIGURACAO E TREINAMENTO DE SIST. DE CAMERAS	1,0000	9216,6700	UN	-
2	2 - CONTROLADORA PARA CAMERA PTZ IP	1,0000	4953,3300	PC	-
3	3 - CAMERA ROBOTICA PTZ 4K PROFISSIONAL	5,0000	9685,2500	PC	-

A Câmara Municipal de Jundiaí, realizará a "Compra Direta", através do site: www.jundiai.sp.gov.br (link "Compra Aberta"), para aquisição/fornecimento do(s) item(ns) ou prestação de serviços constante(s) do Anexo ao presente Aviso de Compra Direta. (VERIFICAR ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO).

A Compra Direta será conduzida por Agente de Contratação, devidamente designado, e pela Equipe de Apoio, e será regido pela Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, pelo Ato nº 865, de 27/03/2023 e pelas normas contidas no presente Aviso de Compra Direta, bem como pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações.

Na presente Compra Direta, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

SITE: https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br "Compra Aberta" - Acesso ao Sistema - Compras - Compra Direta - Consultar Compra Direta.

OBSERVAÇÃO:

1) Todas as referências de tempo no Aviso de Compra Direta durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário do sistema "Compra Aberta", cujo relógio é parte integrante da tela do site.

2) Na hipótese de queda de energia por parte do Município de Jundiaí, ou qualquer outro evento que impossibilite a exibição da página, também pelo Município de Jundiaí, não permitindo o

encaminhamento das propostas e/ou abertura dessas propostas, a fase da Compra Direta que não se processou ficará prorrogada automaticamente para o 1º dia útil posterior, em horário a ser definido pelo Agente de Contratação e devidamente informados aos fornecedores.

3) O fornecedor deverá acompanhar as ocorrências do processamento da presente Compra Direta, no "chat".

1. DO OBJETO:

1.1. Objetiva a presente Compra Direta a aquisição/fornecimento do(s) item(ns) ou prestação de serviços constante(s) do presente Aviso de Compra Direta, que contém as especificações técnicas e comerciais que possibilitarão o preparo das propostas, destinados aos diversos órgãos do Município de Jundiaí.

1.2. As especificações técnicas constam na descrição detalhada do item, que deverá, obrigatoriamente, ser observada pelos interessados.

1.2.1. A descrição detalhada do item poderá ser verificada: clicando sobre o material no campo do sistema; ou posicionamento o cursor do mouse sobre os itens deste Aviso de Compra Direta; ou no campo do sistema, na aba "Controle" e no campo "Relatórios".

2. DO CREDENCIAMENTO:

2.1. Serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico, a autoridade competente do órgão promotor da Compra Direta, o Agente de Contratação, os membros da equipe de apoio e os fornecedores que participam da Compra Direta.

2.2. Para acesso ao sistema eletrônico os interessados deverão credenciar-se pelo site Compra Aberta - endereço: https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br. (acessar o "Cadastre-se"), em até 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento das propostas da Compra Direta, preenchendo os dados solicitados e aguardando a validação por parte do Município de Jundiaí.

2.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer compra direta, para o qual o interessado esteja credenciado com igual objeto, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento pelo órgão promotor da compra.

2.5. A perda da senha, a quebra de sigilo ou o desligamento de qualquer pessoa da empresa que possuía a senha de participação, deverá ser comunicado imediatamente pelo fornecedor ao provedor do sistema, para o bloqueio de acesso.

2.6. O uso da senha de acesso pelo fornecedor é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da Compra Direta qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do fornecedor ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes à Compra Direta.

2.8. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.9. Incumbirá, ainda, ao fornecedor, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Compra Direta, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação ou pelo sistema ou de sua desconexão.

2.10. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone (011) 4589-8633 - Seção de Cadastro de Fornecedores.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. A presente Compra Direta está aberta à participação de qualquer interessado cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto e que reúnam os requisitos exigidos nos termos deste Aviso de contratação.

3.1.1. A Compra Direta será, preferencialmente, exclusiva para beneficiários da Lei nº 123/06, neste caso, a participação fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da Compra Direta, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.1.1.2. As Beneficiárias interessadas em participar da presente Compra Direta e que quiserem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 (arts. 42 a 45), deverão promover a identificação da condição de beneficiária, no momento do envio da proposta eletrônica.

3.1.1.3. A identificação como Beneficiários se dará ao selecionar a Compra Direta desejada, declarando que a empresa é optante dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e alterações e não apresenta as restrições do § 4º do art. 3º da mesma Lei e que, no ano-calendário de realização desta Compra Direta, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.1.4. A ausência de identificação da empresa como Beneficiária, no momento da apresentação da proposta, impedirá a participação na Compra Direta.

3.1.1.5. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o art.299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, implicando, ainda, o afastamento do fornecedor, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da Compra Direta.

3.1.1.6. O fornecedor é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Beneficiário quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º da Lei

Complementar nº 123/06, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios da LC nº 123/06.

3.1.1.7. Caso haja previsão no preâmbulo deste Aviso de Compra Direta, a participação poderá ser estendida a ampla participação e, neste caso, será permitida a participação de empresas de todas as naturezas jurídicas.

3.1.2. Beneficiárias localizadas na Região Metropolitana:

3.1.2.1. Quando previsto no preâmbulo, será concedido **tratamento diferenciado para beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 sediadas na Região Metropolitana de Jundiaí.**

3.1.2.2. O beneficiário sediado nesta Região Metropolitana, terá prioridade na convocação sobre as demais beneficiárias, quando estiver com valor igual ou até 5% (cinco por cento) do fornecedor (beneficiária ou de natureza jurídica diversa) que apresentar o melhor valor, para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada a primeira colocada da Compra Direta.

3.1.2.3. Para obtenção do benefício deverá firmar declaração no próprio sistema de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/06 e a seguir que está sediada na Região Metropolitana de Jundiaí e quer usufruir dos benefícios legais quando do acesso à Compra Direta.

3.1.2.4. A convocação que trata o item 3.1.2.2., se dará após a finalização da sessão de lances, em conformidade com o previsto no item 5.10.4.1. deste Aviso de contratação.

3.1.2.5. Compõe a Região Metropolitana de Jundiaí as seguintes cidades: Jundiaí, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Jarinu, Louveira, Itupeva e Cabreúva.

3.1.3. Os fornecedores deverão possuir objeto social compatível com o objeto desta Compra Direta, sob pena de desclassificação.

3.2. Ficam impedidas de participar desta Compra Direta as empresas:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Compra Direta versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Compra Direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.9. agente público do órgão ou entidade fornecedor;

3.2.10. em forma de consórcio, salvo se previsto no Termo de Referência permissão expressa;

3.2.11. que não sejam Beneficiárias, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e alterações **para as compras exclusivas à participação de beneficiários.**

3.3. O impedimento que trata o item 3.2.5. será aplicado também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.3 e 3.2.4. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da Compra Direta ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O disposto nos itens 3.2.3 e 3.2.4. não impede a Compra Direta ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A vedação de que trata o item 3.2.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição acima sujeitará o fornecedor às sanções previstas na lei e no Aviso de contratação.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

4.1. Os fornecedores encaminharão, exclusivamente por meio do sistema Compra Aberta, propostas comerciais obedecendo as datas e horários estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Compra Direta.

4.1.1. O envio da proposta será através do endereço: https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br- Acesso ao Sistema (login/senha) - clicar em "Compras" - Selecionar modalidade - "Compra Direta" - Identificar o nº da Compra Direta e clicar em "pesquisar" e, a seguir, clicar sobre o número da Compra Direta.

4.1.2. A proposta deverá obedecer ao disposto no preâmbulo quanto ao tipo de julgamento e casas decimais permitidas.

4.1.3. Nas propostas deverão estar computadas todas as despesas que incidirem sobre o objeto licitado, tais como: encargos diretos e indiretos, impostos e taxas, frete e a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.1.4. As demais condições comerciais da proposta, como descrição do objeto, quantidade, unidade de fornecimento, local de entrega, prazo de entrega e garantia mínima, quando estabelecidas no Termo de Referência que integra o presente Aviso de Compra Direta, serão tacitamente aceitas pelo fornecedor, no ato de envio de sua proposta comercial.

4.2. Quando constar obrigatoriedade de apresentação de catálogo e/ou ficha técnica no preâmbulo deste Aviso de Compra Direta para aferir se o material/produto ofertado corresponde exatamente às especificações do item licitado, o envio deste DEVERÁ OCORRER juntamente com o envio da proposta de preços no site Compra Aberta.

4.2.1. Para envio do catálogo ou ficha técnica deverá clicar no campo identificado por um "clip", ao lado da descrição do material e inserir o arquivo correspondente.

4.2.2. Esses documentos ficarão em sigilo até o final da sessão de lances, ocasião em que será permitida apenas a visualização dos documentos do fornecedor que ofertar o menor valor.

4.2.3. Caso o fornecedor de menor valor seja desclassificado, será disponibilizado para visualização o documento anexado pelo fornecedor subsequente e assim sucessivamente.

4.3. No cadastramento da proposta inicial o fornecedor registrará, em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que, no ano-calendário de realização da compra, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VI - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

VII - que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Compra Direta e seus anexos;

VIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas especificas;

IX - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas neste Aviso de Compra Direta vinculam o fornecedor.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo considerado pelo fornecedor em sua proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Até a abertura da sessão pública, os fornecedores poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

4.12. Não será estabelecida, nessa etapa, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.13. Os documentos que compõem a proposta do fornecedor melhor classificado, bem como a indicação de marca cotada, somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

5. DA FASE DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. A partir das 9:00h da data estabelecida neste Aviso de Compra Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor

consignado no registro.
5.3. Iniciada a fase competitiva, os fornecedores poderão encaminhar lances em campo próprio, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4. O fornecedor será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

5.4.1. O sistema não atualizará a tela do fornecedor com os resultados da sessão até que o lance seja enviado ou até que o campo destinado para os lances esteja vazio.

5.5. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, o qual encontra-se disposto no preâmbulo, no campo "dados gerais" deste Aviso de Compra Direta, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.5.1. Serão considerados lances intermediários:

a) lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio fornecedor, quando adotado o critério de julgamento de menor preço;

b) lances iguais ou inferiores ao maior já ofertado, porém superiores ao último lance dado pelo próprio fornecedor, quando adotado o critério de julgamento de maior desconto;

5.5.2. O critério de julgamento deste Compra Direta consta definido no preâmbulo deste Aviso de Compra Direta.

5.5.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.6. Caso registre lance incorretamente, o fornecedor antes do término da sessão, deverá o excluir.

5.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances.
5.8.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.9. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.10. Uma vez encerrada a etapa de lances, quando for o caso de ampla participação, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, nos itens que permitirem a sua participação, assim como das demais classificadas.

5.10.1. Nessas condições, as propostas de BENEFICIÁRIAS que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.10.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.10.3. Caso a BENEFICIÁRIAS melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido no campo exclusivo para lances, serão convocadas as demais fornecedores BENEFICIÁRIAS que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.10.4. Quando o Aviso de Compra Direta prever tratamento diferenciado para participação de BENEFICIÁRIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ, estas terão prioridade no direito de usufruir do benefício previsto no item 5.10.2. e 5.10.3 sobre as demais Beneficiárias, inclusive nos itens de participação exclusiva para empresas desta natureza.

5.10.4.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas BENEFICIÁRIAS que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será adotado o previsto no item 5.11 para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.10.5. Para a utilização dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e alterações a fornecedor interessada deverá manter-se conectada durante toda a sessão pública de realiza ação do Compra Direta, observando as orientações dadas pelo Agente de Contratação e pelo sistema e as condições deste Aviso de Compra Direta, respeitando os prazos estabelecidos, ficando como único responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância dessas orientações.

5.11. Se não houver lances e permanecerem empatadas duas ou mais propostas, a decisão se dará por sorteio a ser realizado pelo próprio sistema.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Negociação:

6.1.1. Será efetuada negociação com o fornecedor que tenha apresentado o melhor preço ou maior desconto, para que seja obtida proposta mais vantajosa para o Município.

6.1.2. A negociação se dará pelo próprio sistema, ocasião em que o fornecedor terá o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para resposta, que deverá ocorrer pelo campo próprio do sistema, quando da inserção de melhor proposta.

6.1.3. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da Compra Direta.

6.1.4. Estando o preço compatível, se necessário, será solicitado o envio da proposta e de documentos complementares, adequada ao último lance.
6.2. Da verificação da conformidade da proposta:

6.2.1. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, sendo desclassificadas as propostas com valores acima do máximo estimado ou descontos inferiores ao mínimo de referência, bem como as que não atenderem as exigências quanto às especificações exigidas neste aviso de contratação.
6.2.2. Desde que previsto nos Anexos deste Aviso de Compra Direta, o órgão ou entidade promotora da Compra Direta poderá, em relação ao fornecedor provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de

conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas neste Aviso de Compra Direta e seus anexos.

6.2.3. Quando previsto no Anexo deste Aviso de Compra Direta, o Agente de Contratação fará a convocação, com prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

6.2.3.1. A prorrogação de que trata o item 6.2.3. poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do fornecedor, mediante justificativa aceita pelo responsável pelo Agente de Contratação (a); ou

II - de oficio, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Aviso de Compra Direta Obras para a verificação de conformidade de que trata o item 6.2.1.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.3.1. Contiver vícios insanáveis;

6.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Anexo;

6.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Câmara Municipal de Jundiaí;

6.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.3.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Aviso de contratação, quando exigida a sua apresentação no Termo de Referência;

6.4. Se a(s) proposta(s) ou a(s) amostra(s), quando o caso, apresentadas(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Da solicitação dos documentos:

7.1.1. Definido o resultado do julgamento, após a verificação de conformidade da proposta de que trata o item 6 deste Aviso de Compra Direta, o Agente de Contratação solicitará a documentação de habilitação disposta neste Aviso de Compra Direta ao fornecedor vencedor do item.

7.1.2. Será concedido o prazo máximo de **02 (duas) horas úteis** a contar da convocação do Agente de Contratação, a qual será realizada via sistema, através do chat do Compra Direta, para

que o fornecedor vencedor do item apresente os documentos de habilitação relacionados no item 7.3. deste Aviso de Compra Direta.

7.1.2.1. Entende-se por horas úteis o período do expediente administrativo do Município de Jundiaí, ou seja, de segunda a sexta-feira das 08 horas às 18 horas, ou outro conforme Decreto próprio do Município.

7.2. Dos procedimentos e condições gerais relativas à apresentação dos documentos:

7.2.1. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente através do sistema do "Compra Aberta", obedecendo o prazo estipulado no item 7.1.2, sob pena de inabilitação.

7.2.1.1. O envio deverá ocorrer por meio do sistema, no campo "Documentos de Habilitação", conforme segue: acesso ao site do Compra Aberta https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br - clicar em "Acesso ao Sistema" (login/senha) - clicar em "Compras" - Selecionar modalidade - "Compra Direta" - Identificar o nº da Compra Direta e clicar em "pesquisar" e, a seguir, clicar sobre o número da Compra Direta> aba "controle"> após clicar em Documentos de Habilitação.

7.2.1.2. Deverão ser insertos os documentos nos campos correspondentes do sistema, sendo permitido o envio de um ou mais arquivos, com tamanho máximo de 10 megabytes para cada um, os quais devem ser nomeados sem a utilização de qualquer acentuação e caracteres especiais, como exemplo "ç" (c cedilha), sob o risco de ficarem ilegíveis e corrompidos.

7.2.2. A habilitação do fornecedor vencedor será verificada por meio do sistema, podendo os fornecedores se utilizarem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou do CRC do Município de Jundiaí, nos documentos por eles abrangidos, conforme disposto no item 7.4.

7.2.2.1. Caso o fornecedor opte por utilizar SICAF ou o CRC do Município de Jundiaí, a certidão deverá ser enviada por meio do sistema, quando solicitado pelo Agente de Contratação, na forma estabelecida neste Aviso de Compra Direta, devendo estar acompanhada inclusive dos documentos exigidos neste Aviso de Compra Direta que não estejam contemplados no SICAF ou CRC do Município de Jundiaí, quando o caso.

7.2.3. Os documentos apresentados digitalmente no sistema são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

7.2.4. Os documentos digitalizados deverão corresponder ao original.

7.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.2.6. Caso a empresa interessada esteja dispensada por lei de qualquer dos documentos exigidos por este Aviso de Compra Direta, deverá apresentar declaração fundamentada neste sentido.

7.2.7. Serão aceitas certidões nos limites de sua validade. Quando não especificada qualquer validade na certidão, estas deverão ter sido expedidas num prazo não superior a **180 (cento e oitenta) dias**.

7.2.8. A data considerada para validade das certidões será a prevista para abertura das propostas.

7.2.9. Os documentos de regularidade fiscal deverão estar em nome da filial e da matriz, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.2.10. As declarações, propostas ou outro documento que necessite assinatura, quando exigidos, deverão ser assinados por representante legal do fornecedor, devendo constar a identificação do signatário no documento e este ser acompanhado de documento que comprove o vínculo do referido representante junto a fornecedor.

7.3. Dos documentos exigidos para habilitação:

7.3.1. Habilitação Jurídica:

7.3.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.3.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

7.3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.3.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede;

7.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.3.1.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.3.1.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.3.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

7.3.2.2. Prova da regularidade para com a Fazenda Nacional e à Seguridade Social mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais, à Dívida Ativa da União - DAU, por elas administrados.

7.3.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

7.3.2.3.1. A regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser comprovada através de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que contemple os débitos inscritos na Dívida Ativa, a qual poderá ser obtida no link: www.dividaativa.pge.sp.gov.br/sc/pages/crda/emitirCrda.jsf

7.3.2.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

7.3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

7.3.2.6. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), comprovada por meio do Certificado de Regularidade do FGTS - C.R.F.

7.3.3. OBSERVAÇÃO:

7.3.3.1. Ficam alertadas os fornecedores a também observarem as exigências/documentos constantes em ANEXO, bem como anexá-los no campo específico do sistema, para fins de habilitação.

7.4. EMPRESAS CADASTRADAS:

7.4.1. As empresas **cadastradas** que participem nessa condição deverão anexar no sistema **o Certificado de Registro Cadastral (C.R.C.)** deste Município de Jundiaí ou do **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF)**, pertinente e compatível com o objeto da presente Compra Direta, no limite de sua validade na data prevista para apresentação dos documentos.

7.4.1.1. Além da data de validade no Certificado de Registro Cadastral ou do SICAF, a fornecedor deverá observar se as certidões constantes no corpo do próprio Certificado se encontram dentro do seu prazo de vigência quando da entrega dos documentos para habilitação.

7.4.1.2. Se vigentes, deverão estar discriminadas no próprio certificado para conferência. As certidões a que se refere esta cláusula são: prova de regularidade para com as Fazendas Nacional (RFN/PGFN), a Justiça do Trabalho, o FGTS e, quando for o caso, Certidão Estadual e Municipal (Mobiliário) e a de Falência.

7.4.1.3. Na hipótese de haver certidão(ões) apresentada(s) para o cadastramento da empresa que esteja(am) com seu prazo de validade expirado quando da entrega dos documentos para habilitação, caberá à fornecedor providenciar a devida atualização dessa(s) certidão(ões) e anexá-la(s) juntamente com os documentos para habilitação.

7.4.2. Além do Certificado de Registro Cadastral deste Município de Jundiaí ou do SICAF, as empresas cadastradas deverão apresentar:

a) 7.4.2.1. (Outros documentos, se exigidos em Anexo)

7.5. EMPRESAS NA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIAS:

7.5.1. Os Beneficiários, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e/ou trabalhista, exigidos no item 7.3.2. deste Aviso de Compra Direta, mesmo que apresente alguma restrição.

7.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo BENEFICIÁRIO, após a declaração de vencedora, que ocorrerá pelo Agente de Contratação através do chat, prorrogável

por igual período, mediante requerimento do interessado, devidamente motivado e apreciado pela Administração, observadas as prescrições da Lei.

7.5.3. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, sendo facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a Compra Direta.

7.6. Procedimentos de verificação:

7.6.1. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos fornecedores e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.6.1.1. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6.1.2. Na hipótese de que trata o inciso I do item 7.6.1., os documentos deverão ser apresentados em campo próprio do sistema, denominado "Doc. Complementares/diligências", no prazo de **02 (duas) horas**, após solicitação do Agente de Contratação.

7.6.2. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá eficácia para fins de habilitação.

7.6.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 7.6.1 ou para realização de análise minuciosa dos documentos exigidos, o Agente de Contratação informará no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.6.4. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Aviso de Compra Direta, observado o prazo disposto no item 7.1.2 deste Aviso de Compra Direta.

7.6.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos fornecedores convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o 7.7.3.

7.6.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no item 7.5. deste Aviso de Compra Direta.

7.6.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Aviso de Compra Direta, o fornecedor será declarado vencedor.

8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no

que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. ACEITAÇÃO/RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

9.1. A formalização da contratação direta se dará por meio de Nota de Empenho e esta será disponibilizada automaticamente no site do Compra Aberta para o fornecedor vencedor, a qual deverá ser retirada mediante ao acesso com login e senha.

9.2. Na hipótese de o vencedor da Compra Direta manifestar a recusa da Nota de Empenho, outro fornecedor poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pelo fornecedor vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, no Aviso de Compra Direta em outras legislações aplicáveis.

9.3. Caso nenhum dos fornecedores aceitar a contratação nos termos do item 9.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste Aviso de Compra Direta, poderá:

I - convocar os fornecedores remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.4. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da Compra Direta, se apresentada.

9.5. A regra do item 9.4. não se aplicará aos fornecedores remanescentes convocados na forma do inciso I do item 9.3.

10. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

10.1. A entrega deverá ser acompanhada da Nota Fiscal, contendo o número da Nota de Empenho e o sistema de cobrança (em carteira ou bancário - especificando o banco, agência e número da conta nesse último caso), bem como das Certidões Negativas exigidas no item 7.3.2. deste Edital (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista).

10.2. O local, o prazo e as condições de entrega do(s) item(ns) estão devidamente dispostos no Anexo/Termo de Referência que acompanha o presente Aviso de Compra Direta.

10.3. Das condições de recebimento:

10.3.1. Os bens ou os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, bem como com as Certidões Negativas exigidas no item 7.3.2. deste Edital (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista), para efeito de

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.3.2. Os bens ou os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela empresa vencedora às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Câmara Municipal, após a verificação da qualidade e/ou quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.3.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Câmara Municipal durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. DAS CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

11.1. Da liquidação:

11.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 07 (sete) a 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências da contratação.

11.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, por meio dos documentos exigidos no item 7.3.2. deste Aviso de Compra Direta, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.1.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Município de Jundiaí.

11.1.6. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pelo Município de Jundiaí, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Prazo de pagamento:

11.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) a 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item 11.1. deste Aviso de Compra Direta.

11.2.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Câmara Municipal de Jundiaí, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (6 / 100) / 365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor atualizado da Parcela em atraso

11.2.2.1. Em caso de atraso superior a 30 dias da data do vencimento, o valor principal será atualizado monetariamente pelo índice INPC do último mês, anterior à data limite, publicado e divulgado pelo IBGE.

11.2.2.2. Para efeito dos itens, a empresa vencedora deverá apresentar pedido expresso, ocasião em que será realizada a análise e negociação com a Câmara Municipal de Jundiaí.

11.3. Forma de pagamento:

11.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.4. Antecipação de pagamento:

11.4.1. Não será permitida a antecipação de pagamento, exceto se previsto expressamente no Termo de Referência, poderá ser permitida conforme as regras previstas neste presente tópico.

11.4.1.1. O contratado emitirá Nota Fiscal correspondente ao valor da antecipação de pagamento tão logo seja assinado o Contrato e prestada a garantia, se o caso, ou emitida a Nota de Empenho, para que o Município de Jundiaí efetue o pagamento antecipado.

11.4.2. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

11.4.3. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

11.4.3.1. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do INPC/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

11.4.4. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste Aviso de Contratação.

11.4.5. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.

11.4.6. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

11.4.7. O fornecedor deverá verificar no Termo de Referência condições adicionais a serem providenciadas por ele para a execução do pagamento antecipado.

11.4.8. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

11.5. Reajustes dos preços:

11.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data base do orçamento estimado, conforme disposto no preâmbulo deste Edital.

11.5.1.1. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, observando como limite máximo a variação do índice INPC/IBGE.

11.5.2. O reajuste poderá ser concedido mediante expressa solicitação da CONTRATADA, para análise e negociação com o MUNICÍPIO, e terá incidência de pagamento a partir da data do

protocolo do pedido, mantendo-se como base a data do orçamento fixada no preâmbulo deste Aviso.

11.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. A Nota de Empenho deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Aviso de Contratação e seus anexos e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre a Câmara Municipal de Jundiaí e a empresa vencedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. A Câmara Municipal de Jundiaí poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

12.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para tomada das medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

12.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

12.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.14. O gestor do contrato deverá coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13. PENALIDADES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber, alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" da cláusula 13.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

13.2.3. A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber, alíneas "h", "i", "j", "k", e "l" da cláusula 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo (alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" da cláusula 13.1 deste Edital) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

13.2.4. Multa: Pela Inexecução parcial ou total do objeto desta contratação, ou inadimplemento das obrigações assumidas no presente, além das medidas e penalidades previstas em lei e neste contrato, ficará sujeita a CONTRATADA ao pagamento de multas, conforme a seguir estipuladas, de acordo com a natureza e a gravidade da falta:

a) compensatória de 20% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

b) compensatória de 10% (dez por cento) proporcional à obrigação inadimplida, no caso de inexecução parcial do objeto.

c) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10% (dez por cento),

d) em caso de inexecução parcial, a multa moratória será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida (em termos de valor/quantidade), nos termos do art. 156, § 3º da Lei nº

14.133, de 2021.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal de Jundiaí.

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. A multa efetivamente aplicada, bem como eventuais indenizações cabíveis, poderão ser cobradas por meio de guia de recolhimento, ou compensada com recursos provenientes de valores de pagamentos devidos à CONTRATADA, ou com a utilização da caução (se houver), ou por via judicial, mediante inscrição em dívida ativa.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de advertência, impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Câmara Municipal de Jundiaí a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso **I** do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Câmara Municipal de Jundiaí;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

14.1. Os pedidos de esclarecimentos serão enviados ao Agente de Contratação, exclusivamente através do sistema Compra Aberta, até 1 (um) dia útil anterior à data fixada para encerramento das propostas, conforme segue:

Site do Compra Aberta, acessando: www.jundiai.sp.gov.br - link "Licitações/"Compra Aberta" - Acesso ao Sistema - Compras - Compra Direta Eletrônico - Consulta Compra Direta Eletrônico - Questionamentos)

14.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas em campo próprio do sistema.

14.3. Caberá ao Agente de Contratação decidir sobre as solicitações acima e se houver modificação no Aviso de Compra Direta, será designada nova data para a realização do certame.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

15.3. Todas as referências de tempo no Aviso de Compra Direta, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF constante do sistema do Compra Aberta.

15.4. A homologação do resultado desta Compra Direta não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da Compra Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara Municipal de Jundiaí, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Jundiaí não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso de Compra Direta e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Jundiaí.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Compra Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as constantes do Anexo.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do fornecedor, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O sistema eletrônico utilizará recursos de sigilo e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas deste certame, inclusive com a manutenção do sigilo das propostas apresentadas, até a respectiva abertura, e sem a identificação dos participantes até que seja concluída a etapa de lances.

15.11. No caso do procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I - republicar o procedimento;

II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

15.11.1. O disposto nos incisos I e III do item 15.11 poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

15.12. A participação na presente Compra Direta implica em ciência quanto à obrigação de assinar, juntamente com Contrato, se o caso, o "Termo de Ciência e Notificação" (de acordo com o Anexo LC-01, da Instrução do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo 001/2020), e que o descumprimento poderá gerar penalizações.

15.12.1. Se a formalização ocorrer por meio de Nota de Empenho, a empresa vencedora fica ciente que será convocada e obrigada a assinar o Termo, conforme orientação e prazos estipulados pela Diretoria de Compras Governamentais, à época da solicitação.

15.13. A participação na presente Compra Direta implica, também, em ciência da fornecedor de que está obrigada a manter, caso seja vencedora do certame, durante todo o período da contratação, objeto desta Compra Direta, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação neste certame, e de que mantém íntegra a sua idoneidade perante os órgãos das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal.

15.14. O Município e a empresa vencedora deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 - LGPD, conforme Instrução Normativa UGAGP nº 04/2021, disponível no site do Compra Aberta, no link "Legislação".

15.15. Eventuais alterações peculiares de cada Compra Direta serão observadas em anexos, cujo conteúdo substituirá disposições deste Texto Padrão, no que conflitarem, prevalecendo para qualquer efeito.

THIAGO M. A. GIOLO

Chefe de Administração de Bens e Serviços